

Proposta para invasões sai

VÂNIA RODRIGUES

O Sindivarejista e o Sindicato dos Bares e Restaurantes pretendem apresentar ao GDF, dentro de 60 dias, uma proposta de regularização das invasões de áreas públicas pelo comércio local da Asa Norte e Sul. A sugestão englobará, também, a solução dos problemas de falta de estacionamento, espaço para carga e descarga e de segurança enfrentados pelos comerciantes.

Lázaro Marques, presidente do Sindivarejista, explicou que a proposta será mais do que o resultado de consenso entre os dois sindicatos. "Pretendemos ouvir a comunidade, prefeitos comunitários, técnicos do GDF, deputados distritais e a Administração Regional", disse. Marques salientou que houve uma primeira reunião e ele está aguardando um novo encontro nos próximos 15 dias, na Administração Regional de Brasília.

César Augusto Gonzales, do Sindicato dos Bares e Restaurantes, entende que não adianta resolver somente o problema das invasões. "Hoje, somos sacrificados pela falta de estacionamento que, além de prejudicar o comércio, perturba a tranquilidade dos moradores das quadras residenciais", comentou. Para ele, é preciso aproveitar a discussão para encontrar alternativas para o comércio e para os moradores. Ele destaca, ainda, que, a realidade de Brasília aos 33 anos é outra da época da inauguração, e a cidade precisa se adequar a este crescimento.

Proposta — Uma das principais propostas que os sindicatos vão levar para discussão é a regularização das invasões, com regras de ocupação. Para eles, esta deve acontecer através da cobrança de taxas e também, da desafetação de áreas e a sua posterior venda para os

interessados.

Eles vão sugerir, também, que seja abolida a fachada do fundo das quadras como a criação de uma rua de serviço onde hoje é o fundo da loja.

Outra sugestão é a criação de bolsões de estacionamentos nas áreas verdes que ficam no final da quadra comercial e entre as residenciais. Os estacionamentos também podem ser feitos na Avenida L2 sul para ajudar as quadras 400.

Marques e Gonzales destacam, entretanto, que, por enquanto, apresentam apenas sugestões. "Estaremos abertos a ouvir também alternativas apontadas pelos moradores, técnicos do governo e administrador regional", salientam. Eles acrescentam que não podem mais ficar aguardando uma solução que nunca chega. "Está ruim para nós comerciantes e para os moradores. Precisamos resolver os problemas para trabalharmos em paz", disseram. Marques destacou que a criação da rua e a regularização das invasões vão ajudar a melhorar também o visual dos fundos de quadras, "que atualmente parecem favelas".

A intenção dos sindicatos é de aproveitar, também, projetos de deputados distritais sobre o assunto. Eles destacam o do deputado Manoel de Andrade (PP), que estabelece horário para carga e descarga. "O projeto não satisfaz as nossas necessidades, mas com as discussões podemos melhorá-los", garantem.

Marques e Gonzales citam, também, o projeto dos parlamentares Cláudio Monteiro (PDT) e Benício Tavares (PP) que prevêem a venda, pela Terracap, de até oito metros na parte frontal, com a receita sendo destinada obrigatoriamente ao setor educacional.

Venda de área exige licitação

Pelo menos uma das propostas dos sindicatos para a regularização das invasões de área pública esbarra em legislação federal.

A secretária-adjunta de Obras, Ivelise Longhi da Silva, explica ser impossível vender qualquer área pública a não ser através de licitação pública, conforme determina a lei 8666/93.

"Se fôssemos licitar estas áreas, a venda estaria aberta a qualquer pessoa não podendo em hipótese alguma haver um venda dirigida às pessoas que já ocupam este espaço, disse". Ivelise acrescentou que até mesmo a cobrança de taxa 3 está sendo estudada pela Procuradoria do DF. "Temos que saber se isso não fere nenhuma lei", justificou.

Ivelise disse, ainda, que a criação de uma rua nos fundos das lojas do comércio local fere o traçado urbanístico da cidade.

Não é uma proposta totalmente impossível, mas são necessários estudos criteriosos antes de qualquer definição", acrescentou. A secretária-adjunta acrescentou, porém, que antes de optar por qualquer alternativa é preciso ouvir a comunidade para saber se ela está de acordo e se aceita a regularização destas áreas. Quanto aos estacionamentos Ivelise disse que eles só poderão ser construídos se forem subterrâneos, para não reduzir a

quantidade de área verde do Plano Piloto.

Patrimônio — Por ser patrimônio cultural da humanidade, as alterações no traçado urbanístico da cidade precisam se amplamente discutidas e autorizadas pelo IBPC - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural. O diretor regional do órgão, Carlos Magalhães, disse que a partir de hoje engenheiros do IBPC começam uma vistoria em todas as quadras do Plano Piloto.

O trabalho vai começar pela quadra 116 sul e passará por todas as quadras residenciais e comerciais do Plano Piloto. "Vamos olhar especificamente a questão da invasão de área pública pelo comércio e, também, o fechamento do pilotis com grades", disse. No final, será tabulada uma estatística que servirá como base para um estudo do que poderá ser regularizado, obedecendo à legislação.

Carlos Magalhães disse que na etapa posterior ao levantamento será distribuído um questionário aos moradores das quadras comerciais, para saber a opinião do moradores. "Eles são os principais afetados com a invasão. Por isto, a opinião destas pessoas é de fundamental importância para se chegar a uma solução", comentou. Carlos Magalhães é totalmente contra a rua no fundo das comerciais e acredita que os moradores também não concordarão, com a proposta. (V.R.)

Jornal de Brasília

15-09-93

em dois meses,